



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo acabou por recorrer ao regime de concessão de serviços públicos para celebrar o contrato com a Nova Era, o que equivale a dizer que os problemas da Reolian estão resolvidos. Mas a Sociedade de Transportes Colectivos de Macau, S.A.R.L (TCM) e a Transportes Urbanos de Macau, S.A.R.L (Transmac) continuam vinculadas aos contratos de prestação de serviços celebrados anteriormente, portanto, no caso destas, os problemas continuam por resolver. Segundo o Governo, já está em conversações com estas duas empresas de autocarros com vista a resolver os problemas, e pretende recorrer ao mesmo tipo de contrato e modelo de exploração adoptados com a nova empresa. Mas estas duas empresas de autocarros afirmaram aos jornalistas que iam continuar a cumprir os contratos celebrados. Enquanto este problema não estiver resolvido, as ilegalidades mantêm-se, o que só prejudica a imagem de Macau enquanto Estado de Direito. O Governo pretende rectificar todos os contratos de prestação de serviços de autocarros, por isso, são várias as questões que merecem consideração, nomeadamente, a reversão dos bens afectos à concessão e a consequente responsabilização dos dirigentes.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Relativamente à rectificação dos referidos contratos, qual é o ponto de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

situação das conversações entre o Governo e as duas empresas de autocarros? Até quando é que o problema da ilegalidade dos contratos de prestação de serviços celebrados pode ser efectivamente resolvido?

2. Segundo os contratos de concessão de serviços públicos celebrados antes do dia 14 de Outubro de 2010, os bens afectos à concessão devem ser revertidos para o Governo assim que expira o contrato ou este seja extinto, enquanto nos restantes contratos de prestação de serviços nada consta sobre esta matéria. Depois de detectado o problema, o Governo foi colocado perante diversas questões e interpelações, às quais respondeu sempre afirmando que os autocarros na posse das concessionárias só beneficiam o normal funcionamento dos serviços, e que os autocarros usados e com mais de sete anos já desvalorizaram. Este tipo de contrato envolve as viaturas, os bens do concedente e os bens a transferir (ou não) do concessionário, então, quais são os bens que têm a ver com os serviços de autocarros? Qual é o estado actual e qual vai ser o destino destes bens quando terminarem os respectivos contratos?

3. Seja qual for a forma de rectificação dos contratos de prestação de serviços de autocarros, a verdade é que: há muitos anos que existem ilegalidades nos contratos, é indiscutível que os dirigentes não exercem bem as suas funções, a responsabilização pelos erros é um dos elementos nucleares de qualquer Estado de Direito, e que os dirigentes em causa têm que, no mínimo, governar em conformidade com a lei. No entanto, nas respostas às interpelações dos deputados, o Governo apenas refere que está a proceder



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

à avaliação dos efeitos das suas políticas e não responde claramente à questão da responsabilização dos dirigentes. Nos contratos celebrados com as concessionárias de autocarros existem erros imputáveis aos dirigentes? Qual é o resultado da tal avaliação das políticas? E quanto à responsabilização dos dirigentes, quais são os fundamentos do Governo para não ter ainda iniciado os procedimentos necessários?

27 de Junho de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Si Ka Lon